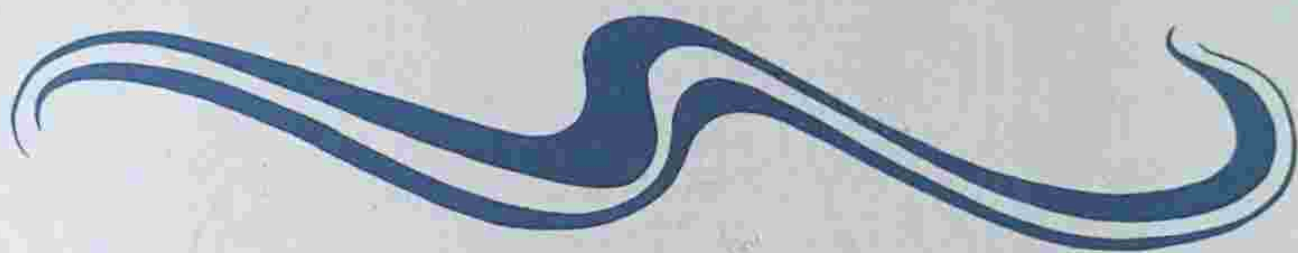


# DEMOCRACIA É DESENVOLVIMENTO



Arthur Schlesinger, Jr.

Richard Pipes

Michael Novak

Charles Frankel

Eugen Loeb

William Barret

Milton Friedman

Robert Nisbet

Louis Salleron

Irving Kristol

Mario Garnero (apresentação)

Arthur Schlesinger Jr., Richard Pipes,  
Michael Novak, Charles Frankel, Eugen Loeb,  
William Barret, Milton Friedman, Robert Nisbet,  
Irving Kristol, Louis Salleron.

# **DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO**

Apresentação de  
MARIO GARNERO

6.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Edições  
**FORUM DAS AMÉRICAS**  
1979

FORUM DAS AMÉRICAS  
Av. Faria Lima, 888 — 12.º — Tel. 813-7011  
CEP 01452 — São Paulo — Brasil

REVISTA DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

MÁRIO GARNIERO

1.ª EDIÇÃO

Direitos autorais adquiridos da revista **“Commentary”**. O ensaio **“Liberalismo e Socialismo”**, de Louis Salleron, é publicado por cortesia da **“Mundo Cultural Ltda.”**, detentora dos direitos para o Brasil do livro do mesmo nome, a ser publicado brevemente.

Agradecemos ao jornal **“O Estado de São Paulo”** pelo uso da tradução dos textos, publicados originalmente em sucessivas edições de domingo.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

FORUM DAS AMÉRICAS  
1979

# **APRESENTAÇÃO**

**MARIO GARNERO**

## **APRESENTAÇÃO**

Ao fazer a apresentação desta coletânea de artigos, gostaria de destacar o seu elevado significado para o atual momento brasileiro. Na verdade, representam eles matéria de reflexão e análise permanentes, vinculada, a bem dizer, ao futuro e aos destinos do nosso País.

Realço também a oportunidade de sua publicação, na ocasião em que pretendem trazer de volta à cena brasileira os ingredientes caracterizadores de falsos conflitos, responsáveis, no passado, pela ameaça de divisão da sociedade nacional. Êsses falsos conflitos, como se recorda, estão na raiz de nossas recentes crises político-institucionais, que nos levaram a situações de excepcionalidade de poder, com as consequências inerentes.

Com efeito, é elemento estranho à nossa História o posicionamento da sociedade em favor de conflitos de classe, que por pouco deixaram de nos conduzir a uma separação de efeitos trágicos para a nacionalidade. No entanto, por obra de uns poucos, quase nos engalfinhamos, quase que a Nação é arrastada para caminhos sabe Deus onde nos levariam!

Agora, que o País retoma o ritmo de sua normalidade institucional, ressurgem as tentativas de

divisão nacional, apoiadas numa pretensa incompatibilidade do sistema político, económico e social que vimos praticando, com o atendimento das aspirações e das necessidades do povo brasileiro, entre as quais avulta a liberdade.

Não se trata, no caso, de condenar o franco exercício do debate em torno de idéias, nem de erigir como verdade final o conjunto de valores políticos, económicos, culturais incorporados ao sistema de poder vigente. Fosse essa a intenção, estaria à mostra o sentido totalitário desse sistema, que ficaria, assim, nivelado aos regimes ditos democrático-populares.

O que está realmente em jogo são direitos inalienáveis da individualidade, inclusive o de defender ou usufruir dessa individualidade, quer na sua expressão de foro íntimo de ser ou de tentar ser aquilo que se lhe aprouver, quer no desdobramento natural de querer chegar até onde assim o permitirem seus méritos, seus esforços, sua persistência.

O impulso totalitário brota de espíritos não receptivos ao valor sagrado da liberdade, os quais são encontráveis, em geral, em segmentos minoritários; e, por serem minoritários, mais ruidosos se tornam, mais ativos se revelam, na quase obsessão de se fazerem ouvir.

A maioria trabalha e constrói, para si e para a sociedade, convencida, estou certo, da perenidade de sua obra. Reage, sim, ao não atendimento pleno de suas aspirações ou interesses, mas o fazem sem transigir com crenças fundamentais, herdadas e transmitidas gerações após gerações.

Parece-me fácil, tentador mesmo, agir ou pensar como radical, inclusive em nome da liberdade. A dificuldade está em como conciliar essa aspiração com

os deveres sociais próprios da cidadania. E, como a liberdade representa matéria complexa, inatingível sob um prisma de prevalência absoluta, sem a respectiva contrapartida em deveres e responsabilidades, impregnada que está de força autônoma, geradora até de meios de auto-anulação — resta-nos a tarefa de dimensioná-la, de ajustá-la e torná-la efetiva dentro do nosso contexto, específico nosso e que é somente nosso, em muitas particularidades.

A alguns mais moços apresenta-se mais simples o caminho da contestação, adornada, por vezes, pelo niilismo; apoiada, em casos outros, pela justa desesperança em face de um mercado de trabalho incipiente porque inadequado à realidade produtiva; incentivada, em episódios isolados, pelo trabalho de proselitismo político-ideológico.

A análise atenta da questão como um todo vai nos aproximar do problema central, o maior deles, que é o da participação da sociedade nos resultados da economia. Aqui, as tentações ao paliativo aumentam; rondam os espectros de situações experimentadas por outros povos e nações, e que, na aparência, constituem a solução por todos pretensamente almejada; consubstancia-se a essência da controvérsia que divide o mundo, e nele faz vítimas, muitas, no plano individual ou grupal, em outras ocasiões na abrangência coletiva, destruindo nações, separando povos, sepultando etnias ou nacionalidades, em nome de um falso igualitarismo.

Na disputa de poderes de âmbito mundial, o Brasil não se encontra infenso ao jogo das grandes potências. E os lances deste jogo, grandes e pequenos, para cá se transplantam e entre nós são difundidos, obrigando-nos, às vezes insensivelmente, a opções. Creio que não devem nos preocupar tanto as opções de

natureza tática, mas sim as escolhas definitivas, de caráter estratégico, definidoras dos rumos que devemos imprimir à nossa sociedade, ao nosso modo de vida, aos destinos de cada qual de nós.

Eis o grande repto que se nos apresenta, e, para enfrentá-lo, devemos ser bem claros na fixação do nosso padrão de economia, menos pelas conveniências de grupos, do que por suas indissociáveis ligações com o sistema político, vale dizer, com o sistema de ver, sentir, pensar a vida — expressão da individualidade, do somatório das individualidades.

Há quem argumente com a eficácia do Estado na promoção do bem-estar a que aspiramos. De fato, o papel do Estado tem sido providencial, e há de continuar a sê-lo enquanto instrumento mediador dos pleitos sociais. Um retrospecto da história econômica brasileira vai indicar a importância do Poder Público na indução de necessidades, no encaminhamento de resoluções, no questionamento, na arbitração de pendências. Mas, essas intervenções, se generalizadas, se transformadas em doutrina de poder, tendem a coincidir com a sufocação da vida privada, com o cerceamento da liberdade a que os cidadãos têm direito.

Não pretendemos apregoar como definitivas as virtudes de um modelo econômico liberal absoluto, que tudo pode e para quem tudo deve ser permitido. O que convém ressaltar, no caso brasileiro, é que o modelo de economia de mercado incorporou elementos de inovação e evolução sociais capazes de ajustar seu campo de atuação com as demandas sociais que emergem a cada dia.

Dispensamo-nos de falar em milagres, mas creio que os resultados que estamos conseguindo são merecedores de análise mais acurada. Temos podido conciliar



a atuação governamental com uma crescente participação da iniciativa privada nas realizações de cunho eminentemente social. Esse modelo responde pelos êxitos do País. Na verdade, é o seu grande avalista, talvez o maior avalista da unidade nacional, e esperamos que assim prossiga, menos pelo avanço do Estado, e mais pelo envolvimento do empresariado privado nas questões sociais.

Temos incorporado, ao longo de nossa formação, uma estranha aversão ao lucro, ao progresso, ao êxito das empresas e de seus gestores. Esse sentimento preconceituoso suscita dubiedades junto a segmentos de poder, e dissemina na opinião pública dúvidas infundadas quanto à real capacidade do sistema de economia de mercado de resolver a chamada questão social, ou seja, a de justa e bem distribuição das riquezas nacionais.

Creio que mais adequado seria buscar no processo de formação econômica do País as razões primárias para as diferenças sociais ainda prevalecentes em algumas regiões brasileiras. São deficiências acumuladas, que cabe-nos anulá-las, não brandindo imprecações contra o sistema econômico que escolhemos, mas aperfeiçoando-o, fazendo-o vigorar na plenitude, o que pressupõe, pois, um desempenho voltado para o social.

Como todo sistema econômico de livre iniciativa, que incumbe aos indivíduos promovê-lo em bases as mais abertas possíveis, as deficiências ainda existem. Mas, sua correção deve ser feita dentro do próprio sistema, e não pela sua simples anulação, pela sua mera substituição por esquemas estatizantes, socializantes, vizinhos muito próximos da ineficiência, da estagnação produtiva, do imobilismo criador, geradores, estes sim, da injustiça social, pela via da elitização.

Falando em termos mais claros, as conquistas de determinadas classes devem ser preservadas, não na medida do direito adquirido, com sentido de perenidade, mas como ponto de partida para o alcance de novos patamares de avanço social e econômico por outros segmentos sociais. São elas, tais conquistas, parâmetros referenciais para que possamos estendê-las a outras categorias sociais.

Esse avanço, provado está, é mais que possível. A Revolução de 64 tornou-as factíveis, pelo combate às oligarquias perpetuadoras de situações anti-sociais, especialmente no campo; pela inibição do compadrismo, de forte incidência nas relações com o Estado; pela regulamentação de uma sistemática de obrigações do capital em face do fator trabalho.

Argumenta-se, por vezes, contra o caráter apenas *reformista* ou *reformador* da Revolução de 64, contrariando a expectativa dos extremados, animadores de sonhos de transformações radicais... Ora, a uma sociedade refratária a remédios radicais, jamais se poderia apontar caminhos radicalizantes!

Falam-me, e ouço-as retumbantes, tal o ritmo de viva repetição, das excelências do regime comunista, repositório de uma pretensa sociedade igualitária, em que não existiriam nem pobres nem ricos. Em face da realidade brasileira, isso me parece desonestidade intelectual, engendrada no seio de mentes desprovidas de informações básicas, ou afetadas por deformações básicas.

O Brasil não pode se dar ao luxo de viver ao comando de malabarismos mentais; somos já uma Nação complexa, em que 115 milhões de almas pensam e querem, sonham e aspiram. Não há lei comum capaz

de uniformizar essas sensações, ambições, sentimentos.

No entanto, eu acredito na aplicação de princípios que regulem, disciplinem e orientem esses sentimentos no sentido do equilíbrio, ou, no mínimo, de sua ordenação equilibrada.

Essa aspiração nos remete ao problema central da vida brasileira: a definição clara, precisa, aprofundada do sistema econômico que desejamos praticar. Sem tal definição, permaneceremos expostos aos efeitos de decisões geradoras de confrontos ideológicos paralisantes, irradiados para a esfera política com enorme poder de envolvimento de toda a sociedade em discussões estéreis.

Estabelecida a correlação entre o modelo econômico e o sistema político, resta perguntar a quem interessa a guinada que se pretende imprimir ao País, com formulas estatizantes, socializantes, e afins...

A defesa da iniciativa privada que aqui se faz — e se encontra implícita nos artigos reunidos a seguir — está, assim, intimamente associada à preservação da liberdade. Democracia e Desenvolvimento são fatores somente alcançáveis numa sociedade cuja estrutura produtiva repousa na capacidade empreendedora dos indivíduos, nos sonhos de cada um, no impulso realizador de seus cidadãos.

Não se trata de simples coincidência a enorme defasagem dos padrões de vida dos países de economia de mercado e os das nações do chamado bloco socialista. E, mesmo nas nações sociais-democratas, cujos exemplos clássicos são a Alemanha Ocidental e a Suécia, a estrutura produtiva, ao contrário do que se diz, é comandada pelas empresas privadas, em grande parte de capital aberto ao público.

Creio que a muito poucos interessaria um progresso economico obtido às custas dos valores da liberdade. Por outro lado, o avanço economico pressupõe o alargamento das oportunidades a seus membros, decorrendo dessa mobilidade social a melhor compreensão do papel político de cada cidadão na sociedade. Eis a premissa do equilibrio que devemos buscar a cada dia; eis um breve roteiro para algo duradouro.

Infelizmente, o Brasil ainda sofre os efeitos de fúteis polêmicas em torno de temas fúteis. A esta altura de nossa História, ainda perdemos tempo com “debates” sobre estatização, esquerda, direita, controles do Estado, ficando o País por dias e até meses ao sabor de modismos ideológicos que nada têm a ver com a realidade nacional.

Esses excessos precisam ser combatidos, não pelo cerceamento da liberdade das minorias de exprimirem seus pensamentos, por absurdos e obtusos que pareçam sê-los — como, na verdade, o são. Combatidos, sim, pelos fiéis apostadores na Democracia, mediante provas de ação concreta em favor do bem-estar do povo e da grandeza da Nação.

Parte dessa missão cabe a nós empresários, e deve ser cumprida de maneira clara e direta, honesta e consciente, isenta de egoismos, imune a oportunismos, sobretudo os de natureza política. Por que não proclamarmos nossa firme crença num capitalismo democrático, quando sabemos, menos pelo proveito pessoal dele retirado, e mais pela experiência acumulada na promoção de riquezas abrangedoras, que êste é o sistema que melhor se ajusta à condição humana, melhor reflete as aspirações humanas, melhor responde às ambições e condicionamentos humanas?

Surpreende-me ouvir falar de *socialismo democrático*... É pretender, no mínimo, combinar fatores excludentes. Espanto maior me causam as súbitas adesões aos eufemismos: fulano se diz de centro-esquerda, beltrano se confessa na quase meia-esquerda, alguém vai fundar um partido socialista, outro luminar deseja transplantar para o Brasil o modelo social-democrata europeu...

Será que até homens de reconhecidas luzes se deixaram envolver pela mística de que, para conviver ao lado do povo, contar com o seu apoio e realizar suas aspirações é necessário ser de “esquerda”?

Dentro da missão do empresariado, avulta a tarefa de dizer e demonstrar ao povo que

— somos a favor da prosperidade coletiva e, nela, do avanço e das conquistas de cada cidadão;

— defendemos a liberdade de todos, mediante uma estrutura de respeito mútuo e recíproco aos diferentes interesses e pleitos que animam a sociedade;

— condenamos o exercício abusivo da posse e do controle do capital, especialmente o uso desse fator produtivo em detrimento do interêsse social;

— apoiamos a atuação mediadora do Estado, principalmente no plano do atendimento às necessidades de bem-estar social;

— repudiamos os radicalismos em geral, se de esquerda, pelo habitual apêlo à violência, seja de natureza física, seja de espécie intelectual; se de direita, pelo imobilismo histórico que apregoa, pelas reações ao primado do interesse coletivo na construção de uma sociedade justa e livre, pelo apêgo a posições tendentes a manter controles sobre legítimas reivindicações sociais.

Os autores dos artigos que compõem esta coleção expressam suas idéias apoiados numa experiência vivida em um País onde a liberdade, se não representa um modelo perfeito, constitui certamente uma virtude digna, ao menos, de ser respeitada. São filhos, na maioria, de uma grande nação; outros, adotaram essa nação como sua Pátria, e puderam, talvez mais intensamente que os demais, avaliar o quanto significa a liberdade, sacrificada em seus países de origem em nome de um falso igualitarismo.

Bastaria isso para merecer a nossa meditação em torno do real alcance de um sistema econômico que, privando os cidadãos do progresso de sua individualidade, arrebatou a eles também os seus direitos de simples ser humano. É suficiente, creio, para estabelecer a direção da nossa escolha, de que vai depender, em última instância, o nosso futuro, como Nação e como povo.

---

Mario Garnero é advogado e administrador de empresas. Preside o Brasilinvest S. A. Investimentos, Participações e Negócios e outras empresas. Dirigente de entidades de classe empresarial, é o fundador do Forum das Américas, de que se tornou o primeiro presidente. Presidiu também a Fundação Projeto Rondon.